



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE JULHO DE 1998

*Boa tarde,*

Eu queria, hoje, anunciar, aqui, a presença do Ministro Mendonça de Barros, que vai falar a respeito da privatização da Telebrás. E queria dizer que eu pedi a Dona Wilma Motta que me acompanhasse, porque só foi possível fazer o que nós estamos fazendo no Brasil – uma revolução no sistema de telecomunicações – com clareza, com honestidade a toda prova e com muita competência graças ao trabalho do Sérgio Motta, que foi quem realmente impulsionou toda essa transformação com uma energia extraordinária.

O Ministro Mendonça acaba de me dizer que um dos principais operadores do mundo, nessa área, lhe disse que o marco jurídico e as regras de privatização, aqui, são o que há de mais avançado, mais competente e sério no mundo.

Acho que nós não estamos apenas fazendo uma privatização comum, mas estamos inovando, porque, antes de fazer a privatização, nós criamos a Anatel, a agência que vai se ocupar dessa matéria e poderá

controlar, realmente, os efeitos dessa privatização. Para quê? Para beneficiar o consumidor, o usuário, o povo brasileiro.

O grande beneficiário vai ser o povo brasileiro. Não se trata, apenas, de alguma coisa que é positiva para o Governo, para o Estado, para melhorar as finanças públicas, para abater dívidas. Trata-se de alguma coisa que vai permitir investimentos adicionais. O Ministro dará depois a vocês números que mostrarão, com clareza, quanto o Governo teria que investir para seguir na mesma proporção que as empresas que agora são as vencedoras desse leilão vão ter que investir.

Acho que eu deveria, também, dizer uma palavra no sentido de demonstrar o meu reconhecimento ao Ministro Mendonça de Barros, que sucedeu o Sérgio Motta num momento difícil e que teve, também, uma capacidade extraordinária e uma energia a toda prova para levar esse leilão, como todo o Brasil viu hoje, a um resultado extremamente positivo.

Também quero dizer que a AGU—Advocacia Geral da União procedeu com extrema competência, evitando essa “guerrilha política”, essa tentativa de utilização da Justiça como instrumento de luta contra a decisão do Congresso Nacional, porque a privatização é um processo aprovado pelo Congresso Nacional e as decisões são do Executivo, a responsabilidade é do Executivo. Essa guerrilha política através dessas liminares infinitas e sem uma base objetiva não prosperou. Foi a ação competente dos advogados da União, juntamente com os advogados do Ministério das Comunicações, que permitiu que, pontualmente, o leilão fosse aberto às 10 horas da manhã. E tudo correu da melhor maneira possível.

Realizar um leilão dessa envergadura requer competência. É preciso saber que os preços foram definidos com muita propriedade pelas empresas consultoras e, também, pelo Ministério das Comunicações, pelo Governo. E, como todo o Brasil viu, a preocupação maior do Governo era a de trazer um número maior de participantes, porque, dessa forma, os preços se ajustam e há esse ágio que faz com que o mercado reaja de maneira positiva e que seja possível, então, um preço que, no nosso caso, é justo ou mais do que justo.

É preciso, também, ressaltar que hoje ficou claro para todos os brasileiros como é a formação de um leilão, como se forma um preço num

leilão e que é preciso que haja competência, realmente, e credibilidade para que as empresas venham e para que o preço suba de forma natural. Mas é preciso também dizer que nós vendemos cerca de 19% das ações da Telebrás.

Então, o preço corresponde à quinta parte da Telebrás. Ou seja, o patrimônio da Telebrás, se nós pudéssemos multiplicar as ações controladoras pelo conjunto das ações – não é exatamente assim – seria de 100 bilhões de reais. Quanta gente falou de preço sem ter noção do que estava falando. Quanta gente apostou que, ao fazer uma crítica irresponsável, isso teria como consequência a desmoralização do Governo. Na verdade, a consequência seria outra: seria impedir que o Brasil desse um passo na sua modernização e que os usuários se beneficiassem desse processo.

Mas, por sorte para todos nós, graças aos esforços daqueles que eu já mencionei, à compreensão do povo, à participação ativa de empresas nacionais e estrangeiras, o resultado foi muito positivo.

Finalizo dizendo que, além disso, me parece que seja importante ressaltar que muitas empresas – japonesas, canadenses, portuguesas, espanholas, brasileiras, italianas, enfim, o que havia de mais importante nessa área de telecomunicações – vieram participar dessa privatização, através desse leilão.

E isso só vai beneficiar o Brasil e os usuários. O montante dos investimentos, muito grande, virá como consequência disso. Uma parte dessa privatização é devida à banda A e banda B – são os telefones celulares. A banda A foi feita agora, a B foi feita há mais tempo. Se somarmos todas, a banda A e a banda B, e se ainda acrescentarmos as empresas chamadas “espelho”, ou seja, as que vão competir com a telefonia fixa, no futuro, vamos ultrapassar os 30 bilhões de reais. Eu suponho que nunca houve uma privatização dessa envergadura na história do capitalismo.

De modo que eu queria, pessoalmente, transmitir isso à Nação. Deixo-os com o Ministro Mendonça de Barros. Mas eu quero reiterar, aqui, a Dona Wilma Motta o quanto o Brasil deve ao Sérgio Motta.

Muito obrigado.